



Die  
Bundesregierung



Nachhaltigkeits-  
strategie  
für Deutschland

# 10 anos de sustentabilidade “made in Germany”

Estratégia nacional para um desenvolvimento sustentável



N

# 10 anos de sustentabilidade

## “made in Germany”

### Estratégia nacional para um desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade exige que **assumamos responsabilidade** – hoje e para gerações futuras, nos níveis nacional e internacional. Este é o objetivo da **estratégia nacional de sustentabilidade**.

#### 20 anos depois da Rio 92

Durante a **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992**, há 20 anos, a comunidade internacional adotou o conceito da sustentabilidade como princípio diretor global.

Desde então, muitas coisas mudaram. Tornou-se mais comum refletir criticamente sobre as consequências a longo prazo da própria atuação. Mas continuamos enfrentando grandes desafios. A projeção para 2050 é que mais de nove bilhões de pessoas habitem o planeta. Todas elas têm direito ao desenvolvimento. Como podemos assegurar o sustento de uma população mundial em franco crescimento e, ao mesmo tempo, preservar os nossos recursos de maneira duradoura?

A sustentabilidade deve ser entendida como um **princípio norteador** nos níveis global, nacional e local. A meta é um mundo em que a prosperidade econômica de todos esteja atrelada à coesão social e à proteção dos recursos naturais – um mundo que se sente comprometido com a equidade intergeracional e a convivência pacífica dos povos.

A **Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro em junho de 2012** oferece a possibilidade de fazermos progressos importantes no caminho rumo a mais

sustentabilidade. A Alemanha e a União Europeia estão empenhadas por um resultado ambicioso da conferência.

#### Uma década de sustentabilidade made in Germany

Quem define a sustentabilidade como o seu princípio diretor internacional, também precisa aplicá-lo na sua política nacional. Nos últimos dez anos, a Alemanha tem seguido uma **estratégia nacional de sustentabilidade**. Esta foi apresentada pelo Governo Federal em 2002 por ocasião da Conferência das Nações Unidas em Johannesburgo. Num período com duas mudanças de governo, a estratégia tem sido continuamente desenvolvida e adaptada com base em, ao todo, três extensos relatórios, sendo a alteração mais recente o **relatório de progresso** aprovado pelo Gabinete Federal em fevereiro de 2012. Tal percurso evidencia o amplo e constante consenso político na Alemanha em relação à importância da sustentabilidade.

Pensar hoje no dia de amanhã, com continuidade e numa perspectiva global – o relatório de progresso faz um amplo balanço, mostrando, numa visão de conjunto, a repercussão desta máxima em todas as esferas da política do Governo Federal.

## Conteúdo da estratégia

### Sustentabilidade: princípio norteador

O desenvolvimento sustentável (“sustentabilidade”) é um princípio norteador da política do Governo Federal. A estratégia de sustentabilidade diz que tal princípio, enquanto meta e critério da atuação do Governo nos níveis nacional, europeu e internacional, deve ser contemplado nas medidas de todos os âmbitos da política.

A estratégia está orientada em quatro diretrizes: **equidade intergeracional, qualidade de vida, coesão social e responsabilidade internacional.**

A sustentabilidade é uma **abordagem holística e integrativa.** É imprescindível identificar, evidenciar e considerar as interações a fim de desenvolver soluções sustentáveis para os problemas e os conflitos de interesse existentes.

### Triângulo de metas da sustentabilidade



[Wirtschaft = Economia; Soziales = Âmbito social; Umwelt = Ambiente; Maßnahme = Medida; relative Grenzen / Optimierungsgebot = Limites relativos/princípio de otimização]

Desempenho econômico, proteção do meio ambiente e responsabilidade social deverão ser unidos a fim de tornar **sustentáveis as decisões sob todas as três perspectivas** – numa dimensão global. A preservação da sustentabilidade da terra representa um limite absoluto; dentro deste marco, a realização dos diferentes objetivos políticos deverá ser otimizado.

### Plano de gestão para um desenvolvimento sustentável

O plano de gestão para um desenvolvimento sustentável é constituído por regras de gestão, metas e indicadores como base para um monitoramento contínuo (vide anexo).

As **dez regras de gestão** resumem o princípio diretor e as exigências a um desenvolvimento sustentável. A regra básica é: “*Cada geração deverá solucionar seus próprios problemas e não os poderá impor às gerações seguintes. Ao mesmo tempo, deverá tomar as medidas preventivas para evitar prejuízos futuros previsíveis.*” As regras de sustentabilidade especificam tal regra básica para as diferentes áreas de atuação.

**Indicadores chave** em 21 áreas estão associados a 38 metas, a maioria delas quantificadas; tais metas mostram a necessidade de agir e são importantes para um controle de desempenho. A situação atual é indicada com símbolos.

Como parte integrante de um **monitoramento contínuo**, são redigidos, regularmente, relatórios sobre a implementação. A cada dois anos, a **Agência Federal de Estatísticas** publica um relatório sobre a situação atual dos indicadores de sustentabilidade. A análise é realizada de maneira independente e sob responsabilidade técnica da própria agência.

A cada quatro anos é elaborado um relatório sobre a própria estratégia, juntamente com um **relatório de progresso**. Tal relatório analisa a situação em que se encontra a implementação da estratégia, formula medidas para alcançar as metas propostas e continua desenvolvendo a estratégia. O processo de elaboração inclui uma **participação** oportuna e ampla da sociedade.

Um exame de sustentabilidade avalia o vínculo da estratégia com a **Legislação**. Em 2009, a sustentabilidade foi inscrita no regimento interno comum dos Ministérios Federais como pedra de toque obrigatória para o **cálculo do impacto** de projetos de lei e de regulamentos do Governo Federal.

## Instituições

O **Gabinete Federal** delibera sobre as alterações e o desenvolvimento continuado da estratégia de sustentabilidade. O **Comitê dos secretários de estado para o desenvolvimento sustentável**, liderado pelo chefe da Chancelaria Federal, assume a função de preparar tais deliberações. O comitê continua desenvolvendo os conteúdos da estratégia nacional de sustentabilidade e controla regularmente o desenvolvimento dos indicadores de sustentabilidade. Todos os Ministérios estão representados no comitê.

A **competência para a estratégia nacional de sustentabilidade** é da **Chancelaria Federal** devido a sua transversalidade e sua relevância especial. Na Alemanha, o desenvolvimento sustentável é uma das grandes prioridades a ser tratada nas esferas mais altas. **Todos os Ministérios participam** da elaboração e da implementação da estratégia.

O **Conselho para o Desenvolvimento Sustentável** orienta o Governo Federal em todas as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Seus 15 membros integrantes são nomeados pela Chanceler Federal para um mandato de 3 anos. Com seu perfil técnico e pessoal, representam as três dimensões da sustentabilidade. O conselho é independente na sua matéria e publica posicionamentos e propostas de desenvolvimento continuado da estratégia. Ao mesmo tempo, é um ator importante do diálogo dentro da sociedade.

Um **Conselho Consultivo Parlamentar** para o desenvolvimento sustentável faz um acompanhamento parlamentar para a estratégia nacional de sustentabilidade do Governo Federal e para a estratégia europeia de sustentabilidade no seio do **Bundestag Alemão** e formula recomendações.

## Desafios atuais

### Sustentabilidade fiscal

Um tema de especial relevância atual na área da sustentabilidade é a atuação fiscal do poder público, pois a equidade intergeracional depende, em grande parte, de um orçamento nacional sólido.

Desde 2008, os acontecimentos incisivos da **crise econômica e financeira internacional** têm evidenciado o quanto é importante orientar-se pelos princípios diretores da sustentabilidade, também na área da política financeira.

Uma meta fundamental do Governo Federal é e continua sendo a consolidação do orçamento público. Com as alterações dos artigos 109 e 115 da Lei Fundamental, foram fixados novos

limites de endividamento nos níveis federal e estadual e criado um pacto nacional vinculante de estabilidade. O **dispositivo de endividamento ancorado na Lei Fundamental** é uma contribuição importante para assegurar a capacidade do poder público de agir a longo prazo.

Ao mesmo tempo, também precisamos criar uma base estável e duradoura para o **euro** dentro da Europa. Por tal motivo, uma série de medidas têm sido tomadas desde 2010, a fim de melhorar a governança econômica e assegurar a solidez das finanças públicas na Europa.

### Atividade econômica sustentável

Hoje em dia, mais do que nunca a economia depara-se com desafios relacionados às **megatendências** globais, entre elas a urbanização, a demanda crescente de matérias-primas e de energia, uma transformação dos estilos de consumo e de vida, a mudança do clima e as transformações demográficas.

A transição para uma produção de baixo carbono e eficiente em termos de recursos implicará investimentos consideráveis, mas também pode, ao mesmo tempo, oferecer **chances econômicas** e gerar **empregos**. O uso eficiente de matérias-primas e materiais

é imprescindível para assegurar, a longo prazo, a competitividade e o desempenho das empresas assim como a disponibilidade das matérias-primas. Por tal motivo, a Alemanha pretende se tornar uma das economias mundiais mais eficientes em termos de recursos.

Uma atividade econômica sustentável significa adaptar-se aos desafios do nosso tempo, aproveitar chances econômicas e assumir responsabilidades nas empresas e organizações em relação ao futuro. Está ficando cada vez mais evidente que a sustentabilidade, bem compreendida, é uma **vantagem competitiva** fundamental.

Uma atividade econômica sustentável vive da **interação entre o marco regulatório estabelecido pelo estado e atividades empresariais envolvendo também os consumidores**. É especialmente relevante que cada vez mais pessoas tomem suas decisões de compra baseadas não somente em preço, marca e qualidade, mas também na fabricação e elaboração sustentável e socialmente

## Clima e Energia

As graves consequências da mudança do clima só poderão ser evitadas se a temperatura da superfície da terra não aumentar mais de dois graus centígrados em relação à época pré-industrial. No âmbito do **Protocolo de Kyoto**, a Alemanha comprometeu-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa de 2008 a 2012, em média, em 21 % em relação ao patamar de 1990. Até 2010, as emissões na Alemanha caíram quase 25 % em relação ao ano-base.

Nas **negociações internacionais sobre o clima**, a Alemanha está promovendo, junto com a União Europeia, um acordo ambicioso, amplo e juridicamente vinculativo sobre o clima, que deverá valer para todos os países do mundo e entrar em vigor, no máximo, até 2020.

A UE já havia se comprometido em 2007/2008 com a iniciativa “20-20-20”, que prevê a redução de 20 %, ou até mesmo 30 % (vide decisões do Conselho Europeu), das emissões de gases de efeito estufa até 2020 e o aumento da parcela de fontes de energias renováveis no consumo de energia para 20 % e um aumento

responsável dos produtos. Desta maneira, não só apoiam tais modos de produção no seu próprio país, mas também numa escala mundial.

O Governo Federal continuará prestando sua contribuição para fortalecer uma atividade econômica sustentável nos níveis nacional e internacional. Tais medidas incluem o apoio e a promoção do conceito de “**Corporate Social Responsibility**” (CSR). CSR significa unir a atuação de responsabilidade própria das empresas com a responsabilidade social assumida por elas **voluntariamente**, para além de prescrições legais.

No âmbito do **G20**, a Alemanha faz uma contribuição importante ao incentivar o propósito de alcançar a meta declarada na Cúpula de Seul em 2010 de um crescimento forte, sustentável e equilibrado no nível mundial.

de 20 % da eficiência energética. A Alemanha apoiará uma **incrementação do objetivo climático da UE para 30 %** com base no objetivo nacional de 40 % sempre e quando não forem exigidas da Alemanha reduções de emissões para além deste limite e todos os Estados-Membros da UE prestarem uma contribuição justa.

Um abastecimento de energia confiável, econômico e ecologicamente responsável é um dos maiores desafios do século XXI.

Com a sua **estratégia energética**, o Governo Federal já traçou o caminho para a era das energias renováveis em 2010; a estratégia está sendo implementada de maneira acelerada. Em junho/julho de 2011, o Governo Federal, o Bundestag e o Bundesrat deliberaram um extenso **pacote de medidas** para tal fim.

No âmbito das deliberações sobre a implementação acelerada da estratégia energética, o Governo Federal reforçou seu **objetivo** de reduzir as emissões de gases de efeito estufa **em 40 % até 2020, em 55 % até**

**2030, em 70 % até 2040 e em 80 % a 95 % até 2050 – sempre em relação ao patamar de 1990.**

**A estratégia energética do Governo Federal – metas e trajetórias de desenvolvimento**

A expansão das energias renováveis e sua transformação num pilar do abastecimento de energia: aumentar a parcela no consumo final bruto de energia de aproximadamente 10 % em 2010 para 60 % em 2050; alcançar, no máximo em 2050, uma parcela no abastecimento de energia elétrica de pelo menos 80 % (obs.: meta atualizada pela Lei de Energias Renováveis de 2012).

Redução a longo prazo do consumo de energia:

Até 2050, o consumo de energia primária deverá ser reduzido em 50 % em relação a 2008. Isso implicará um aumento da produtividade anual de, em média, 2,1 % referente ao consumo final de energia.

O consumo de energia elétrica deverá ser reduzido em 25 % até 2050 em relação a 2008; até 2020 já deverá diminuir 10 %.

Além disso, a taxa de recuperação de imóveis de, atualmente, cerca de 1 % ao ano, deve ser duplicada para 2 % do conjunto de todos os imóveis.

Na área do transporte, até 2050, o consumo final de energia deverá diminuir em torno de 40 % em relação a 2005.

O que ocasiona o sucesso da expansão das energias renováveis na Alemanha são condições gerais propícias, como aquelas criadas com a tarifa de alimentação segundo a Lei de Energias Renováveis (EEG). A segurança de investimento alcançada com essas condições gerou um crescimento dinâmico em várias áreas das energias renováveis. Desta maneira, as energias renováveis estão se transformando num pilar cada vez mais importante do abastecimento de energia e num motor de inovação, de expansão e de modernização da infraestrutura energética (dispositivos de armazenamento, redes inteligentes, usinas flexíveis, novas tecnologias) e de novos empregos.

A **eficiência energética** é uma solução para assegurar, de maneira economicamente viável,

uma alta parcela de energias renováveis e alcançar as metas inscritas na estratégia energética.

Na Alemanha ainda há um potencial considerável para economizar energia e eletricidade em vários âmbitos. Queremos explorar ainda mais este potencial dentro das possibilidades econômicas e técnicas. Para tanto, o Governo está apostando mais na responsabilidade própria das empresas e da sociedade e reduzindo a burocracia.

A expansão contínua das energias renováveis requer a otimização constante da interação com energia gerada de maneira convencional. É aí que a **infraestrutura da rede** assume um papel fundamental. Na Alemanha, a energia elétrica é gerada em locais relativamente próximos aos centros de consumo. No futuro, a geração de energia elétrica em alto mar e nas regiões costeiras aumentará consideravelmente. Além disso, várias instalações de geração de energia descentralizadas, p. ex., fotovoltaica e de biomassa, alimentarão a rede com energia elétrica. Por tal motivo, uma rede elétrica moderna e eficaz é uma condição decisiva para um abastecimento de energia elétrica com uma parcela crescente de energias renováveis.

O objetivo do Governo Federal é que a Alemanha se torne uma das economias mais progressivas e de maior eficiência energética do mundo, assegurando, ao mesmo tempo, preços de energia competitivos, segurança energética e um alto nível de prosperidade.

No caminho rumo a um futuro sustentável, é fundamental estar aberto e aprender a partir de novos conhecimentos. Os acontecimentos de **Fukushima**, em março de 2011, evidenciaram que, mesmo num país de alta tecnologia, os riscos relacionados ao uso de energia nuclear não podem ser totalmente controlados. Foi por isso que o Governo Federal decidiu abandonar gradativamente a energia nuclear até 2022.

A reestruturação do abastecimento de energia confronta as empresas e a sociedade com grandes desafios e exige investimentos de grandes dimensões, entre outros, em medidas de infraestrutura.



O que está claro: a reestruturação do abastecimento de energia na Alemanha é uma tarefa para as próximas décadas. Só poderá vingar se houver um **apoio significativo da sociedade** a esta reestruturação e às exigências relacionadas a ela para todos os interessados.

### Política sustentável da água

Água limpa é um **recurso essencial** e um dos recursos mais importantes para a humanidade.

O uso da água baseado no princípio da sustentabilidade assegura os recursos hídricos para as gerações seguintes e mantém o equilíbrio ecológico das águas ou pode restabelecê-lo. A política sustentável da água é uma **tarefa intersetorial**.

A disponibilidade da água e o acesso à água a preços viáveis são **temas de relevância global**. O crescimento populacional, a expansão e a intensificação da agricultura e o desenvolvimento econômico levaram, numa perspectiva global, a uma degradação crescente das águas com fertilizantes e poluentes, apesar de progressos consideráveis em algumas regiões (na Europa, por exemplo).

Neste contexto, é fundamental ter presentes as **perspectivas de futuro positivas**: tanto as chances tecnológicas e econômicas para a competitividade quanto a proteção do clima e dos recursos naturais.

A isso soma-se ainda a utilização de recursos hídricos vinculada ao **intercâmbio internacional de bens e serviços**.

A **gestão dos recursos hídricos, o abastecimento de água e o saneamento básico** constituem um **foco da política alemã de desenvolvimento**. As deficiências de acesso a um abastecimento de água seguro e a falta de instalações sanitárias e de tratamento de esgoto suficientes ainda são, em muitos lugares, as principais causas de pobreza, carência alimentar e doenças.

O objetivo da **Conferência Bonn 2011**, preliminar à Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, foi articular as questões globais do futuro relacionadas à água, energia e segurança alimentar.

## Sustentabilidade: “motor” do progresso

A sustentabilidade pode ajudar, nos níveis regional, nacional e global, a proporcionar às pessoas uma vida agradável e, ao mesmo tempo, a preservar nosso patrimônio natural comum de maneira duradoura. A sustentabilidade, portanto, pode tornar-se o **“motor” para o progresso social e político**.

Graças à estratégia nacional de sustentabilidade, nos últimos 10 anos a sustentabilidade tem sido um princípio norteador da política do Governo Federal. A sustentabilidade “made in Germany” tornou-se uma marca registrada da política alemã.

Porém, não somente o Estado e a política, mas cada um de nós é chamado a se empenhar nessa causa.

O desenvolvimento sustentável também deverá representar, cada vez mais, um critério para decisões na economia e na sociedade e ser integrado como **princípio diretor em todos os âmbitos da vida**.

Pelos motivos expostos, o Governo Federal promove o fortalecimento do princípio de sustentabilidade em todos os níveis, seja nacional ou internacional.

O Governo Federal,  
abril de 2012.

*Informações mais detalhadas  
sobre a estratégia e o conteúdo do relatório de progresso de 2012  
(versões em alemão e inglês) disponíveis em:*

[www.nationale-nachhaltigkeitsstrategie.de](http://www.nationale-nachhaltigkeitsstrategie.de)

## Anexo                    **Regras de gestão, indicadores e metas da estratégia nacional de sustentabilidade**

### *- Regra básica -*

- (1) Cada geração deverá solucionar seus próprios problemas e não os poderá impor às gerações seguintes. Ao mesmo tempo, deverá tomar as medidas preventivas para evitar prejuízos futuros previsíveis.

### *- Regras da sustentabilidade para áreas de atuação individuais -*

- (2) Recursos naturais renováveis (por exemplo, florestas ou populações de peixes) só poderão ser utilizados a longo prazo dentro dos limites da sua capacidade de regeneração.

Recursos naturais não renováveis (por exemplo, minerais ou combustíveis fósseis) só poderão ser utilizados a longo prazo dentro dos limites em que suas funções poderão ser substituídas por outros materiais ou por outras fontes de energia.

- (3) A liberação de substâncias não poderá ser maior a longo prazo que a capacidade de adaptação dos sistemas naturais – por exemplo, do clima, das florestas e dos oceanos.
- (4) Riscos inaceitáveis e perigos à saúde humana deverão ser evitados.
- (5) As mudanças estruturais desencadeadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela concorrência internacional deverão ser moldadas de acordo com o sucesso econômico e de maneira ecológica e socialmente responsável. Para tal fim, os âmbitos da política deverão ser integrados de maneira a permitir que crescimento econômico, alto nível de emprego, coesão social e proteção do meio ambiente andem de mãos dadas.
- (6) O consumo de energia e recursos e os serviços de transporte deverão ser desatrelados do crescimento econômico. Ao mesmo tempo, almejamos que o aumento da demanda de energia, de recursos e de serviços de transporte originado no crescimento econômico seja mais que compensado pelo aumento da eficiência. Neste processo, a geração de conhecimento através de pesquisa e desenvolvimento e a transmissão do conhecimento através de medidas

específicas de formação, adquirem um papel fundamental.

- (7) Os orçamentos públicos estão comprometidos com a equidade intergeracional. Isso exige a elaboração de orçamentos equilibrados nos níveis federal, estadual e municipal. Num passo seguinte, a dívida pública deverá ser reduzida continuamente.
- (8) Uma agricultura sustentável não precisa ser somente produtiva e competitiva, mas também ecologicamente responsável e deve respeitar as exigências de uma criação de animais de rendimento apropriada à espécie e a proteção preventiva ao consumidor, sobretudo na área da saúde.
- (9) A fim de fortalecer a coesão social,
  - a pobreza e a exclusão social deverão ser prevenidas, na medida do possível,
  - deverão ser oferecidas chances a todas as camadas da população de participarem do desenvolvimento econômico,
  - as adaptações necessárias às transformações demográficas na política, economia e sociedade deverão ser realizadas em tempo oportuno,
  - todos deverão poder participar da vida social e política.
- (10) As condições gerais internacionais deverão ser moldadas conjuntamente no sentido de permitir que as pessoas em todos os países possam levar uma vida digna segundo seus próprios critérios e em consonância com seu ambiente regional e participar do desenvolvimento econômico. Meio ambiente e desenvolvimento formam uma unidade. A atuação global sustentável está orientada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Numa abordagem integrada, o combate à pobreza e à fome deverá estar atrelado
  - ao respeito aos direitos humanos,
  - ao desenvolvimento econômico,
  - à proteção do meio ambiente e
  - à atuação responsável dos governos.



Nº	Áreas de indicadores Postulado de sustentabilidade	Indicadores	Metas
<b>I. Equidade intergeracional</b>			
1a	<b>Conservação de recursos</b> <i>Uso econômico e eficiente de recursos</i>	Produtividade energética	Duplicação de 1990 a 2020
1b		Consumo de energia primária	Redução em 20 % até 2020 e em 50 % até 2050, respectivamente em relação a 2008
1c		Produtividade de matérias-primas	Duplicação de 1994 a 2020
2	<b>Proteção do clima</b> <i>Reduzir a emissão de gases de efeito estufa</i>	Emissão de gases de efeito estufa	Redução em 21 % até 2008/2012, em 40 % até 2020 e em 80 % a 95 % até 2050, respectivamente em relação a 1990
3a	<b>Energias renováveis</b> <i>Expandir o abastecimento de energia adequado para enfrentar desafios futuros</i>	Parcela de energias renováveis no consumo final de energia	Aumento para 18 % até 2020 e 60 % até 2050
3b		Parcela da energia elétrica oriunda de fontes de energia renováveis no consumo de energia elétrica	Aumento para 12,5 % até 2010, para pelo menos 35 % até 2020 e para pelo menos 80 % até 2050
4	<b>Uso da terra</b> <i>Ordenamento territorial sustentável</i>	Aumento da área destinada a residência e transporte	Redução do incremento diário para 30 ha até 2020
5	<b>Diversidade das espécies</b> <i>Preservar espécies – proteger habitats naturais</i>	Diversidade das espécies e qualidade das paisagens	Aumento para o índice de 100 até 2015
6a	<b>Endividamento público</b> <i>Consolidar orçamentos – criar equidade intergeracional</i>	Déficit público	Déficit público anual menor que 3 % do PIB
6b		Déficit estrutural	Orçamento público estruturalmente equilibrado, déficit estrutural público total de no máximo 0,5 % do PIB

6c		Dívida pública	Quota da dívida pública de no máximo 60 % do PIB
7	<b>Medidas econômicas preventivas para o futuro</b> <i>Criar boas condições para o investimento – manter a prosperidade de maneira duradoura</i>	Relação entre formação bruta de capital fixo e o PIB	Aumento da parcela
8	<b>Inovação</b> <i>Moldar o futuro com novas soluções</i>	Gastos privados e públicos para pesquisa e desenvolvimento	Aumento para 3 % do PIB até 2020
9a	<b>Educação</b> <i>Melhorar educação e qualificação continuamente</i>	Jovens de 18 a 24 anos sem diploma de conclusão de estudos	Diminuição da parcela para menos de 10 % até 2020
9b		Adultos de 30 a 34 anos com diploma de conclusão de ensino superior ou pós-secundário não superior	Aumento da parcela para 42 % até 2020
9c		Quota de ingressantes no ensino superior	Aumento para 40 % até 2010, depois expansão e estabilização contínuas num alto nível
<b>II. Qualidade de vida</b>			
10	<b>Produtividade econômica</b> <i>Aumentar a produtividade econômica de maneira compatível com o ambiente e a sociedade</i>	PIB por habitante	Crescimento econômico
11a	<b>Mobilidade</b> <i>Assegurar a mobilidade – conservar o meio ambiente</i>	Intensidade do transporte de mercadorias	Diminuição para 98 %, em relação a 1999, até 2010 e 95 % até 2020
11b		Intensidade do transporte de pessoas	Diminuição para 90 %, em relação a 1999, até 2010 e 80 % até 2020
11c		Parcela do transporte ferroviário no desempenho de transporte de mercadorias	Aumento para 25 % até 2015

11d		Parcela da navegação fluvial no desempenho de transporte de mercadorias	Aumento para 14 % até 2015
12a	<b>Atividade agrícola</b> <i>Produção ecologicamente responsável nas nossas paisagens agrícolas</i>	Excesso de nitrogênio	Redução para até 80 kg/ha de área de exploração agrícola até 2010, redução mais expressiva até 2020
12b		Agricultura ecológica	Aumento da parcela de agricultura ecológica na área de exploração agrícola para 20 % nos próximos anos
13	<b>Qualidade do ar</b> <i>Preservar um ambiente saudável</i>	Presença de poluentes no ar	Redução para 30 %, em relação a 1990, até 2010
14a	<b>Saúde e alimentação</b> <i>Viver mais, com saúde</i>	Mortalidade precoce (mortes por 100.000 habitantes de menos de 65 anos) homens	Redução para 190 casos por 100.000 até 2015
14b		Mortalidade precoce (mortes por 100.000 habitantes de menos de 65 anos) mulheres	Redução para 115 casos por 100.000 até 2015
14c		Parcela de fumantes entre adolescentes (12 a 17 anos)	Redução para menos de 12 % até 2015
14d		Parcela de fumantes entre adultos (a partir de 15 anos)	Redução para menos de 22 % até 2015
14e		Parcela de pessoas com adipose (obesidade) (adultos, a partir de 18 anos)	Redução até 2020
15	<b>Criminalidade</b> <i>Aumentar a segurança pessoal</i>	Delitos	Redução do número dos casos registrados por 100.000 habitantes para menos de 7.000 até 2020

III. Coesão social			
16a	<b>Emprego</b> <i>Aumentar o nível de emprego</i>	Parcela de população economicamente ativa total (15 a 64 anos)	Aumento para 73 % até 2010 e 75 % até 2020
16b		Parcela de população economicamente ativa idosa (55 a 64 anos)	Aumento para 55 % até 2010 e 60 % até 2020
17a	<b>Perspectivas para famílias</b> <i>Melhorar a compatibilidade de família e exercício profissional</i>	Vagas em creches de tempo integral para crianças de 0 a 2 anos	Aumento para 30 % até 2010 e 35 % até 2020
17b		Vagas em creches e pré-escolas de tempo integral para crianças de 3 a 5 anos	Aumento para 30 % até 2010 e 60 % até 2020
18	<b>Igualdade de gênero</b> <i>Promover a igualdade de gênero na sociedade</i>	Diferença de salários entre homens e mulheres	Diminuição da diferença para 15 % até 2010 e 10 % até 2020
19	<b>Integração</b> <i>Integrar, ao invés de excluir</i>	Estrangeiros egressos de escolas com diploma de conclusão de estudos	Aumento da parcela de estrangeiros egressos de escolas com diplomação mínima de escola secundária básica ( <i>Hauptschule</i> ) e equiparação à quota de alemães egressos de escolas até 2020
IV. Responsabilidade internacional			
20	<b>Cooperação para o desenvolvimento</b> <i>Apoiar desenvolvimento sustentável</i>	Parcela de gastos públicos em cooperação para o desenvolvimento no Rendimento Nacional Bruto	Aumento para 0,51 % até 2010 e 0,7 % até 2015
21	<b>Abrir mercados</b> <i>Melhorar as possibilidades de comércio dos países em desenvolvimento</i>	Importações alemãs de países em desenvolvimento	Aumento maior

## **Expediente**

### **Editor**

Departamento de Imprensa e Informação  
do Governo Federal  
11044 Berlim

### **Para obter mais informações, consulte:**

[www.nationale-nachhaltigkeitsstrategie.de](http://www.nationale-nachhaltigkeitsstrategie.de)  
[www.bundesregierung.de](http://www.bundesregierung.de)

### **Edição de:**

abril de 2012

### **Créditos das imagens:**

Imagem da p. 2 baseada em: SRU, KzU Nr. 9, 2011/Abb. 2

### **Impressão:**

Departamento de Imprensa e Informação  
do Governo Federal

Este folheto faz parte do trabalho de relações públicas do Governo Federal.  
Será distribuído gratuitamente e não estará disponível para venda.